

EDITAL SBAP Nº 03/2025 DE CHAMADA DE TRABALHOS

XIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



EDITAL SBAP Nº 03/2026 DE CHAMADA DE TRABALHOS

XIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SUMÁRIO

1) PREÂMBULO	3
2) OBJETIVO	4
3) CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO	4
a) Submeter gratuitamente o trabalho conforme requisitos do formulário disponibilizado em sbap.org.br/ebap2026/submissao.	4
b) Os trabalhos submetidos devem se enquadrar em uma das seguintes categorias:	4
c) Os trabalhos devem ser submetidos em um dos seguintes Grupos Temáticos (GTs):	5
4) PRAZOS	5
5) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE SUBMISSÕES	5
6) OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES	6
a) Da submissão dos trabalhos ao EBAP	6
b) Dos(as) participantes do EBAP que participarem nos dias virtuais e presenciais do evento	6
c) De todos apresentadores de trabalhos	6
d) Da comissão Organizadora	7
e. De líderes	7
7) RECURSOS E IMPUGNAÇÕES	8
8) DISPOSIÇÕES GERAIS	8
Anexo A: Grupos Temáticos	9

1) PREÂMBULO

O Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP) é um evento anual organizado pela Associação Brasileira de Administração Pública (SBAP) e a sua 13ª edição ocorrerá em Brasília-DF no período de 17 a 19 de junho de 2026. O evento tem como finalidade promover o encontro de acadêmicos e profissionais dedicados à Administração Pública, incentivando o debate livre e plural de ideias, a divulgação científica de qualidade e a coordenação estratégica das ações necessárias à consolidação desse campo acadêmico, com ênfase na pós-graduação.

A SBAP é uma associação civil sem fins lucrativos que visa o desenvolvimento da Administração Pública enquanto disciplina autônoma, bem como a promoção da ética e das boas práticas de gestão no setor público, congregando instituições de pesquisa, programas de pós-graduação, pesquisadores e profissionais da Administração Pública no Brasil.

Entre as ações da SBAP, inclui-se a realização dos Encontros Nacionais, espaços para aprofundamento de discussões que norteiam o contexto em que a Sociedade está inserida. A SBAP se destaca pelo esforço de coordenação entre múltiplos atores da Administração Pública brasileira, unindo a prática profissional e a academia para o desenvolvimento do campo. Atualmente, a SBAP conta com 78 instituições parceiras como associados institucionais e promove o desenvolvimento acadêmico e científico da área, sobretudo incluindo temas transversais como inovação e sustentabilidade.

O EBAP serve como um espaço de debate sobre as melhores práticas de gestão, políticas públicas inovadoras, desafios contemporâneos e oportunidades de melhoria na administração pública. Além disso, o evento promove a construção de redes de colaboração entre diferentes atores do setor, fomentando a troca de experiências e a disseminação de pesquisas que possam contribuir para o aperfeiçoamento das políticas e da gestão pública no país.

Anteriormente, as edições do Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP) foram realizadas nas cidades de Natal (2013 e 2015), Florianópolis (2016), João Pessoa (2017), Viçosa (2018), Salvador (2019), Brasília (2020 e 2021 -Virtual), São Paulo (2022 – Híbrido), Brasília (2023 e 2024 – Híbrido), Belém/Ananindeua (Pará) - 2025. Dessa forma, com mais de 10 anos de existência, o EBAP é um evento tradicional de grande porte, e é um evento em um campo estratégico, uma vez que envolve o desenvolvimento de um campo de base para construção de políticas públicas e um de nossos produtos são os anais do EBAP: sbap.org.br/anais. Maiores informações sobre a atuação do SBAP podem ser consultadas em sbap.org.br.

Na edição de 2026, o EBAP será realizado em Brasília — DF e terá como tema **“Pacto federativo e municípios”**, propondo uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades da organização federativa brasileira a partir da perspectiva municipal. Em um contexto de crescentes demandas sociais e restrições fiscais, o evento busca promover o debate sobre a autonomia dos entes federados, a distribuição de competências e recursos, e os mecanismos de cooperação intergovernamental.

Reunindo acadêmicos, gestores públicos, representantes da sociedade civil e especialistas em administração pública, o evento abordará questões como:

- Financiamento das políticas públicas locais;
- Reforma tributária;
- Políticas de regionalização;
- Consórcios intermunicipais;
- Estratégias para fortalecimento da governança municipal.

O objetivo é contribuir para a construção de uma agenda pública voltada ao aprimoramento da gestão municipal no âmbito do pacto federativo, incentivando soluções inovadoras e sustentáveis que promovam o desenvolvimento local e a equidade territorial.

O EBAP 2026, tem como objetivos específicos:

- a) Fortalecer a rede de acadêmicos e profissionais da Administração/Gestão Pública;

- b) Fomentar o aprendizado fundado na troca de experiências, bem-sucedidas ou não na área;
- c) Disseminar a produção acadêmica e tecnológica de Administração/Gestão Pública.

2) OBJETIVO

O objetivo deste edital é tornar pública a abertura de submissões de trabalhos acadêmicos, sejam artigos, relatos técnicos, casos de ensino, redigidos em português, inglês ou espanhol que se enquadrem em um dos temas do evento.

3) CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

- a) Submeter gratuitamente o trabalho conforme requisitos do formulário disponibilizado em sbap.org.br/ebap2026/submissao.
 - i) Os trabalhos podem ser submetidos por graduandos, graduados, pós-graduandos e pós-graduados.
 - ii) Os trabalhos devem ser enviados em duas versões, com o formato de arquivo PDF (Portable Document Format), formato de documento portátil.
 - (1) **Versão 1 - documento cego**, sem identificação autoral, que será usado para avaliação, conforme [template 1](#).
 - (2) **Versão 2 - documento completo**, com identificação autoral, que será publicado, caso aprovado, conforme [template 2](#).
 - iii) Os idiomas aceitos são: português, inglês ou espanhol.
 - iv) Recomenda-se que os textos possuam até 15 páginas. Caso o texto ultrapasse esse número, não será reprovado.
 - v) A **indicação** da modalidade de apresentação (**virtual ou presencial**) é **obrigatória**.
 - vi) O limite de autores por trabalho é **05 (cinco) autores(as)**.
 - (1) A pessoa responsável pela submissão do trabalho tem total responsabilidade sobre o envio do arquivo correto, incluindo o acréscimo de nomes e dados de todos(as) os(as) autores(as).
 - (2) Uma vez que os dados de submissão são enviados, especialmente a adição de novos autores, **não serão admitidas alterações**.
 - vii) O limite de submissões é definido pela possibilidade de **cada autor(a) inscrito(a) apresentar 02 (dois) trabalhos**. Deste modo um(a) autor(a) pode submeter 6 (seis) trabalhos ou mais desde que haja autores/co-autores inscritos suficientes para apresentação dos trabalhos, respeitando o limite: cada autor apresenta até dois trabalhos.
 - viii) Ao submeterem trabalhos, os(as) autores(as) que possuam titulação mínima de mestre concordam em integrar o banco de dados de avaliadores, podendo ser designados(as) de acordo com suas áreas de interesse e a critério dos líderes de GTs.
 - ix) Os(as) autores(as) mantêm os direitos autorais sobre o trabalho, permitindo à conferência publicá-lo sob a licença Creative Commons Attribution, que permite livre acesso, uso e compartilhamento, desde que com o devido crédito de autoria e apresentação inicial no XIII EBAP – 2026.
 - x) Todos trabalhos submetidos e aprovados são publicados nos anais do evento e não podem ser removidos.
- b) **Os trabalhos submetidos devem se enquadrar em uma das seguintes categorias:**
 - i) **Artigo científico**: produção textual com os principais resultados de uma pesquisa acadêmica ou ensaio teórico.
 - ii) **Relato técnico**: produto final de um trabalho (pesquisa aplicada ou produção técnica) que descreve uma experiência em organizações.
 - iii) **Casos de ensino**: relatos de situações da vida organizacional, construídos com propósitos educacionais específicos.

c) Os trabalhos devem ser submetidos em um dos seguintes Grupos Temáticos (GTs):

- GT01 - Ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas
- GT02 - Finanças Públicas e Accountability
- GT03 - Longevidade, Gênero e Raça
- GT04 - Gestão de Cidades Resilientes e Sustentáveis
- GT05 - Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional no Serviço Público
- GT06 - Gestão Pública e Ciências Policiais: Desafios e Inovações para a Segurança Pública no Brasil
- GT07 - Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial
- GT08 - Governo e administração pública para a gestão climática e ambiental
- GT09 - Implementação e o Ciclo de Políticas Públicas
- GT10 - Pensamento Social Brasileiro, Reforma Administrativa e Inovação
- GT11 - Relações socioestatais e construções democráticas da ação pública: experiências e desafios de pesquisadores e práticos no campo
- GT12 - Avaliação de Políticas Públicas
 - i) Líderes dos GTs poderão **alterar a categoria temática** do trabalho submetido, caso considerem necessário para melhor adequação e avaliação.
 - ii) A relação de grupos temáticos consta no ANEXO A.

4) PRAZOS

- a) Período de submissões: 1º de dezembro de 2025 a 27 de fevereiro de 2026
- b) Avaliações: até 25 de março de 2026
- c) Publicação do resultado parcial: 30 de março de 2026
- d) Prazo para recursos: até 15 de abril de 2026
- e) Publicação do resultado final: 15 de abril de 2026
- f) Inscrição de apresentadores(as) de trabalhos: 30 de março a 30 de abril de 2026
- g) Apresentação dos trabalhos:
 - i) Modalidade virtual: 10 e 11 de junho de 2026
 - ii) Modalidade presencial: 17 a 19 de junho de 2026

5) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE SUBMISSÕES

- a) A avaliação é cega e dupla, por pares (double blind review).
- b) As notas serão atribuídas numa escala de 0 a 10, onde 0 é a menor nota e 10 é a maior nota.
- c) Serão aprovados os trabalhos que obtiverem média aritmética das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete). Os demais serão reprovados.
- d) Os comentários de avaliação são obrigatórios: cada avaliador(a) deverá registrar um parecer descriptivo com, no mínimo, 100 palavras.
- e) Critérios de avaliação de trabalhos:
 - i) **Artigos científicos**
 - (1) **Relevância:** contribui para o conhecimento na área de Administração Pública; apresenta novidade ou relevância científica (tema, teoria, método ou resultados); o objetivo do estudo está exposto com clareza.
 - (2) **Fundamentação Teórica:** reflete o estado da arte do objeto de investigação; sustenta o conhecimento científico no artigo; guarda relação lógica com os resultados; é aderente às conclusões.
 - (3) **Procedimentos Metodológicos:** estão claramente definidos; são consistentes com os objetivos do artigo; articulam-se com as referências teóricas; são expostos e aplicados de forma adequada aos resultados obtidos.

- (4) **Análise:** apresentada de forma clara e objetiva; a interpretação dos resultados é correta; nos ensaios teóricos, há articulação profícua entre teorias; adiciona conhecimento novo ou relevante.
- (5) **Considerações Finais:** fundamentadas no referencial teórico; coerentes com os resultados (ou com as teorias no caso dos ensaios); expostas de forma clara e objetiva.
- ii) **Relatos Técnicos**
 - (1) **Relevância:** contribui para a prática da gestão pública ou de políticas públicas; apresenta novidade prática (diagnóstico, análises, soluções, recomendações ou aprendizados).
 - (2) **Delimitação da Situação Problema:** clara exposição do problema prático; contextualização histórica ou comparativa com casos similares; articulação lógica entre teoria e prática de gestão.
 - (3) **Relato da Experiência:** descrição objetiva da política/programa/ação/intervenção; apresentação clara dos componentes; interpretação correta e imparcial dos resultados, sem adjetivações ou otimismo exagerado; acrescenta conhecimento novo ou relevante.
 - (4) **Recomendações:** fechamento conclusivo coerente com o relato; orientações práticas para casos similares; recomendações para tomadores de decisão; ajustes ou orientações sobre o “o que fazer” e “como fazer” em outros contextos.
- iii) **Casos de ensino**
 - (1) **Estrutura:** o caso deve ser elaborado de forma clara e completa, contemplando elementos estruturais (contexto, dilema, fechamento) e estruturantes (propósitos, enfoque, conceitos, teorias, práticas e estratégia de ensino); deve ser acompanhado de notas de ensino para aplicação em cursos de gestão pública ou políticas públicas.
 - (2) **Contribuição:** deve agregar valor ao ensino e à prática da gestão pública ou políticas públicas; apresenta novidade pedagógica ou prática (diagnóstico, análises, soluções, recomendações ou aprendizados).
 - (3) **Delimitação do Contexto e do Dilema:** deve contextualizar a situação-problema com descrições e argumentos suficientes; relacionar conceitos teóricos às práticas de gestão pública ou políticas públicas de forma didática e relevante para o ensino.

6) OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

a) Da submissão dos trabalhos ao EBAP

- i) Utilizar preferencialmente o e-mail em caso de dúvidas ou questionamentos: atendimento@sbap.org.br
- ii) Acompanhar as informações oficiais pelo site: <https://sbap.org.br/ebap2026>, redes sociais e e-mails enviados.

b) Dos(as) participantes do EBAP que participarem nos dias virtuais e presenciais do evento

- i) Estar devidamente associado(a) à **SBAP**, com carteira digital de membro ativa para o ano 2026, e realizar a inscrição no evento.

c) De todos apresentadores de trabalhos

- i) Estar devidamente associado(a) à **SBAP**, com carteira digital de membro ativa para o ano 2026, e inscrever-se no evento para apresentar o trabalho aprovado.
 - Esclarece-se que a submissão e aceitação do trabalho **não** substituem a inscrição no evento.
 - O inscrito terá direito a um voucher de inscrição em sua categoria específica, que será utilizado para acessar o evento e apresentar até **02 (dois) trabalhos**.
- ii) Apresentar em sessões programadas pelo Comitê, estando disponível em qualquer dia/horário designado no período do evento.

- iii) Ceder gratuitamente os direitos de voz e imagem em eventuais gravações do evento, para uso da Sociedade Brasileira de Administração Pública em materiais institucionais e promocionais.
- iv) Não transferir a terceiros os direitos atribuídos para a apresentação dos trabalhos.

d) Da comissão Organizadora

A Comissão Organizadora terá as seguintes responsabilidades:

- i) Emitir e disponibilizar, em até 14 (catorze) dias após o encerramento do evento, os certificados digitais de:
 - Apresentação de trabalhos;
 - Participação no evento;
 - Avaliação de artigos;
 - Outras atividades vinculadas ao evento.
- ii. Especificar previamente os **dias e horários de apresentação de trabalhos**.
- iii. Publicar digitalmente, nos Anais do Evento, todos os artigos e relatos técnicos aprovados e apresentados.
 - 1. Os Anais serão distribuídos sob licença Creative Commons, com ISSN e DOI único atribuído ao e-book que reunirá todos os trabalhos.
- iv. Designar **01 (um) Líder de GT** para debater os trabalhos em cada sala, com identificação visível do respectivo líder.
- iv. Conferir as premiações nas seguintes categorias:
 - 1. **Melhor Relato Técnico do Evento**: indicado pelos líderes de cada GT, com base nas notas de avaliação e em critérios qualitativos e científicos definidos pelos líderes.
 - 2. **Melhor Caso de Ensino do Evento**: indicado pelos líderes de cada GT, com base nas notas de avaliação e em critérios qualitativos e científicos definidos pelos líderes.
 - 3. **Melhor Trabalho do Evento**: selecionado pelo Comitê Científico entre os melhores artigos, relatos técnicos e casos de ensino indicados nos GTs, considerando:
 - a. Notas das avaliações;
 - b. Pareceres dos avaliadores;
 - c. Relevância científica para a Administração Pública;
 - d. Aderência ao tema central do evento.
 - e. **Em caso de empate**, caberá ao Comitê Científico deliberar por meio de votação.
- 4. **Disposições gerais**
 - a. Serão considerados para premiação apenas os **trabalhos comprovadamente aprovados e apresentados**.
 - b. **Líderes de GTs** não poderão concorrer à premiação nos GTs que coordenarem, mas poderão ser premiados em outros GTs.
 - c. **Membros da diretoria** poderão concorrer às premiações, desde que não participem da coordenação de GTs.
 - d. Caso os(as) líderes de GTs decidam **não indicar trabalhos** para premiação, o respectivo GT não terá premiação.
 - e. Caso os(as) líderes **percam o prazo de indicação** dos melhores trabalhos, a indicação será realizada pela Comissão Organizadora, considerando as notas das avaliações.
 - f. Os **melhores trabalhos** poderão ser indicados para **fast track** em periódicos parceiros, conforme acordos firmados e divulgados pela SBAP.

e. De líderes

Os(as) Líderes de GTs terão as seguintes responsabilidades:

- i. Sob nenhuma hipótese poderão indicar os resultados fora da plataforma oficial do evento.
- ii. Designar avaliadores com, pelo menos, mestrado concluído e, preferencialmente, doutorado concluído ou em curso.
- 1. Caso haja problemas no cumprimento do cronograma de avaliação e entrega de resultados, os direitos de atribuição e divulgação dos resultados serão automaticamente transferidos ao Comitê Organizador.
- iii. Coordenar as sessões conforme:
 - Coordenar a ordem de apresentações;
 - Confirmar nome e presença dos(as) apresentadores(as);
 - Controlar o tempo de fala dos(as) participantes (**até 15 minutos**);
 - Cumprir rigorosamente o tempo total de cada sessão;
 - Cada sessão terá, no máximo, **5 apresentações de trabalhos**.
- iv. Analisar o conteúdo dos trabalhos apresentados; destacar pontos relevantes do texto; sugerir melhorias e fazer questionamentos aos(as) autores(as). Cada sessão de apresentações terá, no máximo, 6 apresentações de trabalhos. Certifiquem-se de confirmar, na página do evento, sua participação no GT específico para geração de certificados.
- v. Indicar os melhores trabalhos nas categorias:
 - 1. **Melhor Artigo de seu Grupo de Trabalho (GT)**: selecionado com base nas notas das avaliações e em critérios qualitativos e científicos definidos pelos(as) líderes.
- vi. **Condições de elegibilidade:**
 - 1. Somente poderão concorrer os trabalhos comprovadamente aprovados e apresentados.
 - 2. Líderes de GTs não poderão concorrer à premiação nos GTs que coordenam, mas poderão ser premiados nos demais GTs.
 - 3. Membros da diretoria poderão ser premiados, desde que não participem de forma alguma da coordenação de GTs.

7) RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

- a) Caso o(a) autor(a) do trabalho considere necessário solicitar revisão de parecer, poderá encaminhar recurso ao e-mail: **atendimento@sbap.org.br**.
- b) A solicitação será enviada ao(à) líder do GT responsável, que terá prazo de **3 (três) dias úteis** para responder.
- c) A **SBAP se isenta da responsabilidade** sobre as avaliações e pareceres emitidos pelos avaliadores.

8) DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Os(as) autores(as) poderão renunciar aos termos da licença **Creative Commons Attribution** e estabelecer contratos adicionais de distribuição não exclusiva, como:
 - i. Publicação de versão atualizada em periódico;
 - ii. Disponibilização em repositório institucional;
 - iii. Publicação em livro;
 - iv. Mantida a referência de autoria e apresentação inicial no **XIII EBAP/SBAP – 2026**
- b) Os(as) autores(as) poderão publicar e compartilhar seus trabalhos online (repositórios institucionais, páginas pessoais, etc.), antes ou depois da conferência, desde que referenciem a publicação nos **Anais do XIII EBAP – 2026**.
- c) **Alterações no edital:** A organização do EBAP reserva-se o direito de modificar ou complementar este edital, caso necessário, sendo todas as alterações devidamente divulgadas no site oficial do evento.
- d) **Informações adicionais:** Para dúvidas e mais informações, os interessados poderão entrar em contato com a organização do evento pelo e-mail: **atendimento@sbap.org.br**.
- e) As sessões de **apresentação presencial** não terão transmissão virtual. As sessões **virtuais** não serão gravadas.

f) O edital entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Brasília-DF, 01 de dezembro de 2025.

Anexo A: Grupos Temáticos**GT01 - Ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas**

Lindijane de Souza Bento Almeida, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP-UFRN), <http://lattes.cnpq.br/6024881677470158>

Maria Isabel Araújo Rodrigues, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/MG, <http://lattes.cnpq.br/5334432281936225>

O objetivo deste grupo de trabalho é contribuir para reflexão multidisciplinar do ensino, pesquisa e extensão na área da administração pública e, especificamente, no Campo de Públicas no Brasil, com foco nos perfis dos cursos existentes, suas áreas de concentração, práticas interdisciplinares, experiências inovadoras, perfil e acompanhamento do egresso. A importância deste grupo de trabalho consiste em demonstrar a evolução do Campo de Públicas e sua importância para modernização e profissionalização da Administração Pública. A origem desta evolução ocorre a partir de meados da década de 1980 no contexto de (re)conquista dos direitos políticos e ampliação dos direitos sociais, promovida pela reforma administrativa (1985-1989) no Brasil. Dentre os objetivos da reforma destacava-se a necessidade de compor os quadros do serviço público federal de pessoal qualificado para corresponder às novas demandas da sociedade, o que era uma exigência do processo democrático. A fragilidade na formação dos servidores públicos gerava descontinuidades tanto na gestão, quanto na formulação e implementação de políticas públicas. Nesse contexto, a modernização e eficiência da administração pública vem passando pela formação e qualificação oferecida pelos cursos do Campo de Públicas. Além disso, pretende-se demonstrar os diálogos existentes entre ensino, pesquisa e extensão nos cursos do Campo de Públicas, no Brasil, e na formação voltada ao aprimoramento da Administração Pública, nas mais diversas nações. Espera-se receber propostas relacionadas às diversas realidades de ensino, pesquisa, extensão e acompanhamento de egressos, incluindo relatos de experiência, a fim de contribuir com a troca de conhecimentos voltados à formação de futuros administradores públicos.

GT02 - Finanças Públicas e Accountability

Ana Rita Silva Sacramento, Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA-UFBA), <http://lattes.cnpq.br/5150371885207600>

Fabiano Maury Raupp, Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração (PPGA-UDESC), <http://lattes.cnpq.br/5713468691984238>

O tema abrange trabalhos que versam sobre finanças públicas e accountability, dentre os quais: tributação/arrecadação, gasto público e financiamento; função de controle interno e externo; estudo sobre os órgãos de controle e compliance no setor público; políticas; gestão; mecanismos; e instrumentos relacionados com as questões de transparência, prestação de contas, accountability, responsabilidade fiscal, contratualização de resultados e auditoria operacional no setor público; combate à corrupção; e qualidade do gasto público.

GT03 - Longevidade, Gênero e Raça

Rosa Mari Roig Berenguer, Universitat de València - Espanha, <https://lattes.cnpq.br/4057617807759978>

Jones Nogueira Barros, Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD-UNAMA), <http://lattes.cnpq.br/0651589545083115>

O avanço da longevidade traz desafios complexos às sociedades contemporâneas, especialmente quando analisado pelas lentes de gênero e raça. Segundo a OMS, a variável gênero acentua as desigualdades no processo de envelhecimento: embora as mulheres apresentem maior esperança de vida do que os homens (Shmerling, 2020), essa longevidade ampliada não se traduz necessariamente em melhores condições de saúde. Estudos indicam que muitas mulheres vivem mais anos em piores condições físicas e com maior carga de doenças e incapacidades (Permanyer & Bramajo, 2022). Essas desigualdades são agravadas por fatores estruturais, como a interrupção da trajetória profissional das mulheres para assumir tarefas de cuidado, impacto que se intensifica entre mulheres negras — grupo historicamente submetido a menores rendimentos, maior informalidade e condições de trabalho mais precárias. Ao mesmo tempo, a solidão na velhice afeta de maneira distinta homens e mulheres, com evidências de que homens tendem a apresentar maiores dificuldades sociais e emocionais para lidar com o isolamento. Quando raça é incorporada à análise, as disparidades tornam-se ainda mais marcantes: pessoas negras envelhecem com menor acesso a serviços de saúde, menor renda acumulada, maior exposição a doenças crônicas e menor expectativa de vida. Assim, a sobreposição de discriminações — etária, de gênero e racial — compõe um cenário que desafia a construção de uma sociedade sustentável, inclusiva e igualitária. Diante dessa realidade, este grupo de trabalho propõe refletir sobre como a administração pública pode e deve responder ao desafio da longevidade sob uma perspectiva interseccional. Busca-se debater: Como as políticas públicas podem enfrentar a transformação demográfica considerando simultaneamente as desigualdades de gênero e raça? Como assegurar que a ampliação da longevidade seja acompanhada de qualidade de vida e justiça étnico racial no acesso a direitos?

GT04 - Gestão de Cidades Resilientes e Sustentáveis

Erick Elycio Reis Amorim, Doutorado em Administração - FGV EBAPE, <http://lattes.cnpq.br/3709345324254124>

Monique de Menezes Urra, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública Profissional (UFPI), <http://lattes.cnpq.br/1368776365664529>

Gilberto de Miranda Rocha, Universidade Federal de Santa Catarina, <http://lattes.cnpq.br/2436176783315749>

As cidades, epicentro da vida humana e do capital, abrigarão 2/3 da população mundial até 2050, tornando-se o foco dos impactos das mudanças climáticas. Este GT busca discutir a sustentabilidade urbana, destacando o papel do setor público, sozinho, por regulação ou em parceria com o setor privado, na implementação de soluções tecnológicas e gerenciais para reduzir emissões de carbono e promover resiliência urbana. Incentivamos trabalhos teóricos e aplicados que dialoguem com perspectivas críticas, pragmáticas e inovadoras sobre políticas públicas urbanas, explorando financiamento, captura de valor da terra, tecnologias digitais e humanas e intervenções como mobilidade sustentável, saneamento, uso de energias renováveis e drenagem urbana para mitigar enchentes e eventos extremos. Estudos que abordem o desenho e a implementação de políticas para adaptação climática, descarbonização da indústria civil e criação de laboratórios urbanos vivos também são bem-vindos. A gestão de cidades resilientes exige abordagens interdisciplinares, combinando administração pública, planejamento urbano, economia, ciência política e estudos ambientais. Trabalhos em português ou inglês, incluindo artigos, relatos técnicos e casos de ensino, são aceitos. Buscamos análises que aliem rigor científico à prática, alinhadas à Nova Agenda Urbana e que integrem experiências locais em uma perspectiva global. Este GT é um espaço para explorar tecnologias avançadas e governança inovadora, promovendo sustentabilidade em cenários complexos e construindo cidades preparadas para os desafios futuros.

GT05 - Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional no Serviço Público

Francisco Coelho Jr., Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração da UnB (ADM/PPGA/PGAP/UnB), <http://lattes.cnpq.br/2039484969238906>

Sandro Trescastro Bergue, Escola Superior de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do RS (ESGC/TCERS)

O grupo temático Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional no Serviço Público tem o objetivo de criar um ambiente de debates e de estímulo à produção e à divulgação científica e técnica de conhecimentos aplicados, inclusive a partir de abordagens inter e transdisciplinares, sobre os temas de gestão de pessoas no serviço público, incluindo-se o comportamento organizacional positivo, liderança, significado do trabalho e do ser servidor público, engajamento, motivação, resiliência, gestão do desempenho, gestão por competências, cultura organizacional, modelagem multinível, dimensionamento da força de trabalho, desenho do trabalho, modalidades de trabalho (remoto, presencial e híbrido), impacto das políticas e práticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde mental, intenção de rotatividade, produtividade, absenteísmo, ética no serviço público, inteligência artificial em gestão de pessoas, concurso público e sistemas de ingresso no serviço público; políticas de treinamento, desenvolvimento, educação e escolas de governo, ações inovadoras em gestão de pessoas e outros temas afins.

GT06 - Gestão Pública e Ciências Policiais: Desafios e Inovações para a Segurança Pública no Brasil

Daniel Victor de Sousa Ferreira, Universidade Federal de Uberlândia, <https://lattes.cnpq.br/6685409283115826>

Francis Albert Cotta Formiga, Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras da Universidade Estadual de Montes Claros em associação com a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, <https://lattes.cnpq.br/1511398240326461>

Este Grupo Temático tem como objetivo discutir os desafios e inovações na interseção entre Gestão Pública e Ciências Policiais, com foco na segurança pública no Brasil. A proposta explora como a integração de tecnologias, dados e metodologias baseadas em evidências pode aprimorar a eficiência das políticas de segurança e melhorar a gestão das organizações policiais. Além disso, o grupo destacará a importância das parcerias entre acadêmicos e profissionais da segurança pública na promoção de soluções sustentáveis e eficazes para a prevenção da criminalidade e governança da segurança pública. Serão abordadas também questões relacionadas à cidadania e à participação social, ressaltando o papel da coprodução na formulação e implementação de políticas públicas de segurança, a partir da relação Estado-Sociedade.

GT07 - Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

Vânia Aparecida Rezende, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), <http://lattes.cnpq.br/4875045203648530>

Jaqueleine Guimarães Santos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI-UFPB), <http://lattes.cnpq.br/0254764141560838>

O grupo temático, a partir de uma perspectiva dialógica, objetiva-se fomentar debates que abordem as concepções teóricas e metodológicas sobre gestão social, desenvolvimento territorial sustentável e ecologia política. Para tanto,

espera-se receber artigos e relatos técnicos que contemplem as seguintes áreas temáticas: i) análise de políticas, programas, projetos de atores estatais e não estatais e suas implicações socioambientais para povos tradicionais e populações locais; ii) práticas, projetos e/ou ações públicas para o desenvolvimento territorial e conservação ambiental; iii) práticas de resistências, de desenvolvimento local e territorial; iv) pós-desenvolvimento e bem viver; v) relações dos atores e agentes humanos e não humanos na crise ambiental atual; vi) insegurança hídrica e energética; vii) dinâmicas socio territoriais, conflitos ambientais e justiça ambiental; viii) perspectivas críticas sobre responsabilidade social, sustentabilidade e ESG. Serão aceitos artigos de diferentes matrizes teóricas, abordagens metodológicas e recortes territoriais.

GT08 - Governo e administração pública para a gestão climática e ambiental

Ana Karine Pereira, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da UnB (PPGCDS/UnB). Solicitei a vinculação à Coordenação do Programa e foi preenchido o formulário. , <http://lattes.cnpq.br/6471480254855094>

Camila Romero Lameirão, Solicitei a vinculação à Coordenação do Programa e foi preenchido o formulário. Vinculação ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações internacionais - PPGCPRI da UFG, <http://lattes.cnpq.br/1401479784897625>

As questões ambientais e as mudanças climáticas representam um dos maiores desafios globais da atualidade, enquadrados como super wicked problems, em que respostas rápidas e inovadoras são necessárias. Este Grupo de Trabalho pretende discutir como os governos têm organizado a administração pública para responder a estes desafios, tendo como objetivo fomentar e reunir produções científicas que abordem o papel e ação da administração pública frente às questões climáticas e ambientais, temática ainda pouco explorada no campo da gestão pública. Espera-se que as pesquisas examinem como as estruturas da administração pública e/ou a qualidade da burocracia viabilizam a formulação e a implementação de políticas na área ambiental e climática. Considerando que a gestão ambiental brasileira é bastante descentralizada, trabalhos que enfoquem os entes subnacionais e a coordenação intergovernamental são especialmente bem-vindos. Abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas – como estudos de caso aprofundados e comparados – são adequadas.

GT09 - Agenda, formulação e Implementação de Políticas Públicas

Suely de Fátima Ramos Silveira, PPGADM-UFGV, <http://lattes.cnpq.br/4041789153483476>

Diana Cruz Rodrigues, UNAMA, <http://lattes.cnpq.br/8998988531329512>

Este Eixo Temático convida à submissão de trabalhos que explorem as dinâmicas de formação de agenda dos governos, os desafios e os resultados da formulação e Implementação de Políticas Públicas. O foco é analisar a transição das intenções governamentais para a ação concreta e sua efetiva entrega de valor público à sociedade.

- Modelos e Teorias da Implementação: Análise crítica dos modelos top-down e bottom-up, e a relevância dos modelos híbridos e de redes para a gestão contemporânea.
- Capacidade Estatal e Burocracia: Estudos sobre a capacidade de implementação das organizações públicas, o papel dos burocratas de linha de frente (street-level bureaucrats) e os desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial.

- Fatores Determinantes: Análise dos fatores contextuais (políticos, econômicos e sociais), institucionais (cultura organizacional, legislação) e de gestão (recursos, tecnologia) que afetam o sucesso ou o fracasso da formulação ou implementação da política pública.

GT10 - Pensamento Social Brasileiro, Reforma Administrativa e Inovação

Ariston Azevedo, Escola de Administração da UFRGS, <http://lattes.cnpq.br/7226534838995252>

Frederico Lustosa da Costa, Programa de Pós-graduação em Administração da UFF, <http://lattes.cnpq.br/4061046484302161>

Victor G. Jorge, GPublic: <https://lattes.cnpq.br/0582438359284588>

O propósito deste Grupo de Trabalho é promover estudos, pesquisas e debates que explorem as interseções entre as interpretações críticas sobre a formação da sociedade brasileira – consideradas tanto uma perspectiva global contextualizada quanto em suas dimensões culturais, sociais e econômicas – e os desafios contemporâneos da administração pública no Brasil que estão a exigir efetiva inovação nos serviços públicos. Por inovação efetiva entende-se concepções, planejamentos e intervenções que visam ultrapassar as soluções tecnocráticas (p.ex.: digitalização, novas tecnologias, novos modelos de gestão e, principalmente, soluções de mercado transplantadas acriticamente ao setor público) rumo a reformas administrativas ou a transformações substantivas na capacidade estatal de produzir valor público, justiça social e direitos, no âmbito de um regime democrático.

GT11 - Relações socioestatais e construções democráticas da ação pública: experiências e desafios de pesquisadores e práticos no campo

Danilo José Alano Melo, Departamento de Governança Pública UDESC, <http://lattes.cnpq.br/5250558538909060>

Anderson Rafael Barros do Nascimento, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI-UFPB), <http://lattes.cnpq.br/1927054256078943>

Promove diálogos sobre relações socioestatais e experimentações democráticas a partir de seus instrumentos, da governança pública e nas políticas públicas. São esperados casos e artigos que apresentem e discutam processos e espaços participativos em diferentes setores e esferas. Serão objetos dos debates um olhar crítico sobre a institucionalização e os processos participativos na governança pública a partir dos impactos das crises, como, por exemplo, a climática e da democracia; bem como dos avanços e retrocessos do agir participativo em contextos locais. Serão, também, objetos de análise, as interações e aprendizagens dos instrumentos participativos na gestão pública como fóruns, comissões e conselhos; as aprendizagens em torno da ações coletivas emergentes e insurgentes; as experiências de inovação social na construção de respostas aos problemas públicos complexos e as experiências do agir criativo por meio do ativismo institucional.

GT12 - Avaliação de Políticas Públicas

Marco Aurélio Marques Ferreira, Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM-UFV), <http://lattes.cnpq.br/5928812164923260>

Marco Paschoalotto, Professor Auxiliar na Universidade do Minho, <http://lattes.cnpq.br/9656514939407572>

O grupo temático intitulado "Avaliação de Políticas Públicas", convida pesquisadores(as), acadêmicos e profissionais da área para submeterem seus trabalhos. Este espaço foi concebido com o objetivo de promover o debate e a disseminação de estudos que explorem os múltiplos aspectos relacionados à avaliação de políticas públicas. Buscamos contribuições que abordem questões teóricas e práticas sobre como as políticas públicas são avaliadas em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, e em diferentes esferas governamentais. Trabalhos que tragam perspectivas interdisciplinares, com análises comparativas, estudos de caso ou metodologias inovadoras são particularmente esperadas. O GT valoriza abordagens críticas, reflexivas e empíricas com métodos qualitativos, quantitativos ou mistos que contribuam para o avanço do campo a resolução de problemas públicos baseando-se em evidências científicas. Os trabalhos selecionados serão apresentados durante as sessões temáticas e terão a oportunidade de fomentar diálogos construtivos entre os participantes.